

Mestrado em Educação Especial – especialização em Problemas do Domínio Cognitivo e Motor

Nos termos do Decreto-Lei nº 42/2005, de 22 de fevereiro, do Decreto-Lei nº 74/2006, de 24 de março, com as alterações que lhes foram introduzidas pelo Decreto-Lei nº 65/2018, de 16 de agosto, e demais legislação aplicável. Ao abrigo do Despacho n.º 11458/2016, de 26 de setembro (Diário da República, 2.ª série, n.º 185, de 26 de setembro de 2016), que publica a caracterização e plano de estudos do ciclo de estudos conducente ao grau de mestre em Educação Especial – especialização em Problemas do Domínio Cognitivo e Motor, a ministrar na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Coimbra, cujo funcionamento foi autorizado por despacho de 23 de outubro de 2008, do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. O ciclo de estudos está registado na Direcção-Geral do Ensino Superior com o número R/A-Ef 384/2011.

No cumprimento do Regulamento Académico do 2.º Ciclo de Estudos do Instituto Politécnico de Coimbra, em vigor, faz-se saber que está aberto concurso de acesso ao referido ciclo de estudos, a iniciar no ano letivo de 2021/2022, o qual se rege pelas seguintes disposições:

1. Condições de admissão

Podem candidatar-se ao acesso ao ciclo de estudos conducente ao grau de mestre:

- a) Titulares do grau de licenciado ou equivalente legal;
- b) Titulares de um grau académico superior estrangeiro conferido na sequência de um 1.º ciclo de estudos organizado de acordo com os princípios do Processo de Bolonha por um Estado aderente a este Processo;
- c) Titulares de um grau académico superior estrangeiro que seja reconhecido como satisfazendo os objetivos do grau de licenciado pelo Conselho Técnico-Científico da ESEC;
- d) Detentores de um currículo escolar, científico ou profissional, que seja reconhecido como atestando capacidade para realização deste ciclo de estudos pelo Conselho Técnico-Científico da ESEC.

1.1. O reconhecimento a que se referem as alíneas b) a d) do n.º 1 tem como efeito apenas o acesso ao ciclo de estudos conducente ao grau de mestre e não confere ao seu titular a equivalência ao grau de licenciado ou o reconhecimento desse grau.

2. Vagas

2.1. Sob proposta do Presidente da ESEC fixa-se em 32, o número de vagas colocadas a concurso para ingresso no mestrado, com a seguinte distribuição: 1.ª Fase: 15 vagas, 2.ª Fase: 17 vagas, 3.ª e 4.ª Fases: vagas sobrantes.

2.2. Sempre que existam vagas sobrantes serão revertidas para a fase seguinte.

2.3. Caso exista uma candidatura que não seja admitida por falta de vagas, o candidato poderá transitar a candidatura para a fase seguinte, com isenção do emolumento de candidatura, voltando esta a ser seriada.

2.4. A ESEC garantirá a abertura do curso mediante a existência de um número mínimo de 16 alunos (para este efeito não são contabilizadas as matrículas ao abrigo do Regulamento de Apoio ao Desenvolvimento e Qualificação Profissional do Pessoal não Docente e não Investigador do Instituto Politécnico de Coimbra).

2.5. A Presidência da ESEC decidirá a 1 de setembro se existem condições para a abertura do curso com o número de alunos existentes à data.

3. Seleção e seriação de candidatos

3.1. Os critérios de seleção e de seriação são os seguintes:

- a. os candidatos admitidos a concurso, com a exceção dos candidatos previstos pela alínea d) do n.º 3, serão ordenados tendo em consideração a classificação obtida por aplicação da fórmula:

$$C = [1,5 (A + G) + 2 M + CP] / 6$$

em que:

A e G representam a afinidade e o grau do curso, respetivamente, expressas através de coeficientes no intervalo [0 a 20];

M é a média final do curso de licenciatura (caso não seja licenciado, M é a média final do curso de bacharelato) expressa na escala inteira [10 a 20];

CP é a classificação atribuída, na escala [0 a 20], ao currículo profissional;

C é a classificação final.

- b. os candidatos admitidos a concurso pela alínea d) do n.º 3, serão ordenados tendo em consideração a classificação obtida por aplicação da fórmula:

$$C = [4 (CE + CP) + 2CC] / 10$$

em que:

CE corresponde à classificação atribuída na escala de 0 a 20 ao currículo escolar;

CC corresponde à classificação atribuída na escala de 0 a 20 ao currículo científico;

CP corresponde à classificação atribuída na escala de 0 a 20 ao currículo profissional.

C é a classificação final.

4. Processo de candidatura

- 4.1. As candidaturas são efetuadas on-line, através do endereço <https://inforestudante.ipc.pt/>.
- 4.2. Os prazos para candidatura e matrícula podem ser consultados no Anexo 1.
- 4.3. No processo de candidatura devem ser anexados:
 - a) Documentos comprovativos das habilitações de que o candidato é titular, com informação das classificações finais;
 - b) Curriculum vitae;
 - c) Documentos comprovativos das informações fornecidas no curriculum vitae (opcional);
 - d) Declaração tempo de serviço docente, ao abrigo do Decreto-Lei 95/97 (opcional);
 - e) Digitalização do IBAN (para que possam ser devolvidos os montantes pagos caso o curso não venha a funcionar);
 - f) Digitalização do documento de identificação e do número fiscal (ao colocar este(s) documento(s) estão a consentir o seu uso pelos SGA. Em caso de não consentimento deverão dirigir-se pessoalmente ao Gabinete de Apoio à Investigação, Ensino e Internacionalização).

5. Taxas e propinas

- a) Taxa de candidatura – 75 € (Ficam isentos os estudantes que tenham concluído uma licenciatura no IPC, os atuais estudantes inscritos no IPC e os candidatos ao abrigo da alínea d) do ponto 1 do presente Edital);
- b) Matrícula (1.º ano) - 75€;
- c) Inscrição (ano subsequente) – 75€;
- d) Propinas edição 2021/2023 – 1.º ano: 1050€ (aguarda aprovação do Conselho Geral do IPC); 2.º ano: proporcional ao número de ECTS a que o aluno se matricula, tendo como referência o valor da propina do 1.º ano;
- e) Propina de prorrogação, se aplicável – 50% do valor da propina fixada para esse ano.

6. Funcionamento do curso

- 6.1. O curso funciona em regime pós-laboral, às sextas (a partir das 18h30) e aos sábados (todo o dia).
- 6.2. O curso de mestrado compreende dois anos letivos, decorrendo a presente edição de setembro de 2021 a novembro de 2023, de acordo com o Calendário Escolar.
- 6.3. A data limite para entrega da dissertação/trabalho de projeto/relatório de estágio será 29 de outubro de 2023.
- 6.4. Todas as regras a observar na orientação e na coorientação encontram-se disponíveis no Regulamento do Mestrado e no Regulamento da Unidade Curricular na página web do curso, em: <https://www.esec.pt/estudar/cursos#r2>

7. Atribuição da classificação final de curso

O modo de cálculo da classificação final do Mestrado resulta da média ponderada em função do número correspondente de ECTS, arredondada às unidades (considerando como unidade a fração não inferior a cinco décimas), das classificações obtidas pelos estudantes nas unidades curriculares que integram o respetivo plano de estudos. A classificação será expressa no intervalo da escala numérica inteira de 0 a 20 e no seu equivalente na escala europeia de comparabilidade de classificação. Em caso de aprovação, a classificação final do Mestrado é expressa por um valor do intervalo 10-20 da escala numérica inteira de 0 a 20 e no seu equivalente na escala europeia de comparabilidade de classificação.

8. Outras informações

- 8.1. Todas as informações relativas a estrutura curricular, plano de estudos e créditos; regimes de precedências e de avaliação devem ser consultadas no Regulamento do Mestrado, disponível no *site* institucional da ESEC, na página web do curso: <https://www.esec.pt/estudar/cursos#r2>
- 8.2. Informações sobre o processo de creditação encontram-se disponíveis no Regulamento de Creditação do IPC, em: <https://www.ipc.pt/pt/o-ipc/documentos/estatutos-e-regulamentos>.
- 8.3. Às situações não contempladas no presente Edital aplica-se o disposto no Decreto-Lei nº 74/2006, de 24 de março, no Regulamento Académico do 2.º Ciclo de Estudos do Instituto Politécnico de Coimbra (em vigor) e no Regulamento do Mestrado sendo os casos omissos decididos pelo Conselho Técnico-Científico da ESEC, ouvido o Diretor de Curso.

ANEXO 1 – Calendarização

1ª FASE	
AÇÃO	PRAZOS
Apresentação da candidatura	Da data de homologação até 10 de maio de 2021
Validação das candidaturas pelos Serviços	Até 13 de maio de 2021
Disponibilização de lista de seriação provisória	21 de maio de 2021
Reclamações	Até 04 de junho de 2021
Decisão sobre reclamações / lista de seriação definitiva	11 junho de 2021
Matrícula e inscrição de candidatos colocados	De 14 a 18 de junho de 2021

2ª FASE	
AÇÃO	PRAZOS
Apresentação da candidatura	11 de maio a 18 de julho de 2021
Validação das candidaturas pelos Serviços	Até 22 de julho de 2021
Disponibilização de lista de seriação provisória	26 de julho de 2021
Reclamações	Até 28 de julho de 2021
Decisão sobre reclamações / lista de seriação definitiva	Até 30 de julho de 2021
Matrícula e inscrição de candidatos colocados	De 2 a 20 de agosto de 2021

3ª FASE	
AÇÃO	PRAZOS
Apresentação da candidatura	De 2 de setembro a 17 setembro de 2021
Validação das candidaturas pelos Serviços	Até 21 de setembro de 2021
Disponibilização de lista de seriação provisória	27 de setembro de 2021
Reclamações	Até 07 de outubro de 2021
Decisão sobre reclamações / lista de seriação definitiva	13 de outubro de 2021
Matrícula e inscrição de candidatos colocados	De 15 a 22 de outubro de 2021

4ª FASE	
AÇÃO	PRAZOS
Apresentação da candidatura	De 25 a 31 de outubro de 2021
Validação das candidaturas pelos Serviços	Até 1 de novembro de 2021
Disponibilização de lista de seriação provisória	2 de novembro de 2021
Reclamações	3 de novembro de 2021
Decisão sobre reclamações / lista de seriação definitiva	4 de novembro de 2021
Matrícula e inscrição de candidatos colocados	De 5 a 10 de novembro de 2021